DDO - 830

**TERMOS DE REFERÊNCIA**

**TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA ENGENHARIA PARA PERFURAÇÃO (LOTE I) E INSTALAÇÃO DE POÇOS (LOTE II) EM ÁREA DE ROCHA SEDIMENTAR E CISTALINA DE DIVERSOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, INSERIDOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.**

**Maio de 2013**

SUMÁRIO

1. OBJETIVO..........................................................................................................................PG 3

2. TERMINOLOGIA E CONCEITUAÇÕES.........................................................................PG 3

3. JUSTIFICATIVA................................................................................................................PG 5

4. LOCALIZAÇÃO.................................................................................................................PG 6

5. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS.................................................................PG 9

6. ESCOPO DOS SERVIÇOS...............................................................................................PG 9

7. ESTIMATIVA DE CUSTOS............................................................................................PG 12

8. FONTE DE RECURSOS..................................................................................................PG 12

9. PRAZO..............................................................................................................................PG 12

10. PRAZO DE GARANTIA................................................................................................PG 13

11. FORMA DE PAGAMENTO..........................................................................................PG 13

12. REAJUSTAMENTO.......................................................................................................PG 17

13. INSTALAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO.........................................PG 18

14**.** CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO..............................................................................PG 19

15. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.........................................................................PG 22

16. REGIME DE CONTRATAÇÃO....................................................................................PG 36

17. FISCALIZAÇÃO............................................................................................................PG 36

18.RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS........................................................PG 38

19. MULTAS.........................................................................................................................PG 39

20. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO.....................................................................................PG 40

21. GARANTIAS E CAUÇÃO.............................................................................................PG 40

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA............................................................................PG 41

23. CONDIÇÕES GERAIS...................................................................................................PG 41

24. DEMAIS DOCUMENTOS (ANEXO)...........................................................................PG 44

**TERMOS DE REFERÊNCIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS DE PERFURAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES, CONSTRUÍDOS EM SOLO PREDOMINANTEMENTE CRISTALINO E SEDIMENTAR, EM COMUNIDADES DISPERSAS DE DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

1. OBJETIVO.

O objetivo destes Termos de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais e todas as informações que permitam a elaboração de propostas para execução das obras e serviços necessários para perfuração (LOTE I) e montagem e instalação (LOTE II) de poços tubulares, em solo predominantemente cristalino e sedimentar em comunidades difusas da Zona Rural de municípios noestado de Pernambuco contidos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

1. TERMINOLOGIA E CONCEITUAÇÕES.

Nestes Termos de Referência ou em qualquer outro documento relacionado com o serviço acima solicitado, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**ÁREA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E INFRAESTRUTURA** - Órgão da Administração Superior da **CODEVASF**, ao qual estão afetas as demais unidades técnicas encarregadas da fiscalização e coordenação dos serviços de engenharia objeto destes Termos de Referência;

**CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco** **e do Parnaíba** - Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601 – Conjunto I - Brasília-DF, CEP 70.803-901;

**CRONOGRAMA** - Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços;

**CONCORRENTE OU LICITANTE** - Empresa de engenharia, interessada na execução dos serviços objeto deste TR;

**CONTRATO** - Documento, subscrito pela CODEVASF e a CONTRATADA, que define as obrigações de ambas com relação à execução dos serviços;

**CONTRATADA** – Empresa Licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços;

**CRITÉRIO DE PROJETO** - Conjunto de normas, conceitos, padrões, parâmetros etc. que nortearão o desenvolvimento dos trabalhos;

**CANTEIROS DE OBRAS** - Local onde serão implantadas as obras permanentes dos Projetos;

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** - Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizeram necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nestes Termos de Referência;

**EMPREITERO (A) –** Empresa Contratada para a execução das obras civis e/ou serviços de montagem de equipamentos;

**ESTUDO DE PRÉ-VIABILIDADE –** É o estudo preliminar da exequibilidade de um serviço, isolado ou parte integrante de um empreendimento, para a instrução de conclusão clara e precisa quando há conveniência da realização do Estudo de Viabilidade;

**ESTUDO DE VIABILIDADE –** Documento destinado a demonstrar, perante uma Entidade Financeira, a viabilidade técnica, econômica e social de um projeto específico e seus impactos sobre o meio ambiente físico e social;

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** - Documentação destinada a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias-primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais. Conterá, também, a definição do serviço, a descrição do método construtivo, bem como o controle tecnológico e geométrico;

**FORNECEDOR (A) –** Empresa contratada para o fornecimento ou execução de serviços de montagem dos equipamentos;

**FISCALIZAÇÃO** - Equipe da CODEVASF indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato de execução de obras.

**LOCAL DOS SERVIÇOS –** Os serviços serão desenvolvidos em Comunidades difusas da Zona Rural de diferentes Municípios das microrregiões do **(LOTE I)** SÃO FRANCISCO, SERTÃO CENTRAL e ARARIPE **e (LOTE II)** SERTÃO DO PAJEÚ, ITAPARICA e MOXOTO/IPANEMA, todas no Estado de Pernambuco/PE;

**NOTA DE EMPENHO –** Nota orçamentaria emitida pela **CODEVASF** para a execução dos serviços;

**OBRAS –** São todas as atividades relativas à execução das obras civis, de fornecimento e montagem de equipamento;

**PROJETO BÁSICO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborados com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e de adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e prazo de execução;

**PROJETO EXECUTIVO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes e as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

**PROGRAMA DE TRABALHO** - Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos;

**RELATÓRIO PARCIAL –** Documento a ser apresentado pela Contratada, que traduz um resultado parcial dos serviços executados.Esse tipo de relatório deverá ser emitido mensalmente junto com a medição;

**RELATÓRIO FINAL –** Documento de produção previsto ao término dos trabalhos no qual a Contratada apresenta o relato de todos os serviços executados;

**SERVIÇOS ou TRABALHOS –** O conjunto de serviços ou trabalhos objeto da Licitação a que se refere os presentes Termos de Referência;

**SERVIÇOS SIMILARES –** Aqueles realizados na área da engenharia, relacionadas à perfuração, montagem e instalação de poços tubulares, com características construtivas afins às obras de perfuração, montagem e instalação de poços artesianos tubulares em solo cristalino ou solo sedimentar, perfuração de poços semi-artesiano em solo cristalino ou sedimentar, instalação e montagem de poços profundos;

**SUPERVISÃO –** Equipe de firma especializada, contratada pela **CODEVASF** para exercer a supervisão das obras de implantação do Projeto;

**TERMOS DE REFERÊNCIA-TR** – conjunto de informações e prescrições estabelecidas pela CODEVASF, com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado trabalho ou serviço a ser executado;

**3ª SR - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada, subordinada diretamente da presidência da **CODEVASF**, com sede em Petrolina, Estado de Pernambuco, em cuja jurisdição territorial se localiza o município de onde ocorrerá a execução das obras e serviço de perfuração de montagem dos poços objeto destes Termos de Referência;

**3ª GRD** **– GERÊNCIA REGIONAL DE INFRAESTRUTURA –** Gerência da 3ª Superintendência Regional encarregada diretamente de coordenar e fiscalizar todos os trabalhos relativos a estes Termos de Referência;

1. **JUSTIFICATIVA.**
   1. VANTAGEM DE REALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO ATRAVÉS DE PERFURAÇÃO DE POÇO.

Mesmo possuindo uma das maiores disponibilidades de água doce do mundo em seu território, o Brasil também apresenta uma extensa região caracterizada por déficits hídricos e secas recorrentes. Nessa região, conhecida como Semiárido Brasileiro, há, segundo autores diversos, relatos de graves secas desde o ano de 1583, quando Fernão Cardim registrou a estiagem que assolava a Bahia, reduzindo a produção dos engenhos de açúcar e forçando muitos indígenas a se abrigarem no litoral.

Em documentos oficiais, os primeiros registros de ocorrência de grandes estiagens, datam de 1729, ocasião em que muitos escravos morreram de fome e os engenhos paralisaram suas atividades.

Apesar de todos estes registros, o fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, quando pereceram cerca de 500 mil nordestinos. Outras grandes secas ocorreram em 1915, 1932, 1969-1970 e, mais recentemente, na severa estiagem ocorrida entre 1979 e 1983, que, segundo estimativas, provocou mais de 100 mil mortes e deixou milhões de flagelados.

O Governo Federal e os Estados abrangidos pelo semiárido vêm, há várias décadas, desenvolvendo políticas, projetos e ações focadas na mitigação das secas e no desenvolvimento das populações afetadas. Muito se investiu na construção de açudes e barragens, na formação de frentes de trabalho, na distribuição de água por caminhões pipa, na distribuição de cestas básicas e na implantação de grandes projetos de irrigação.

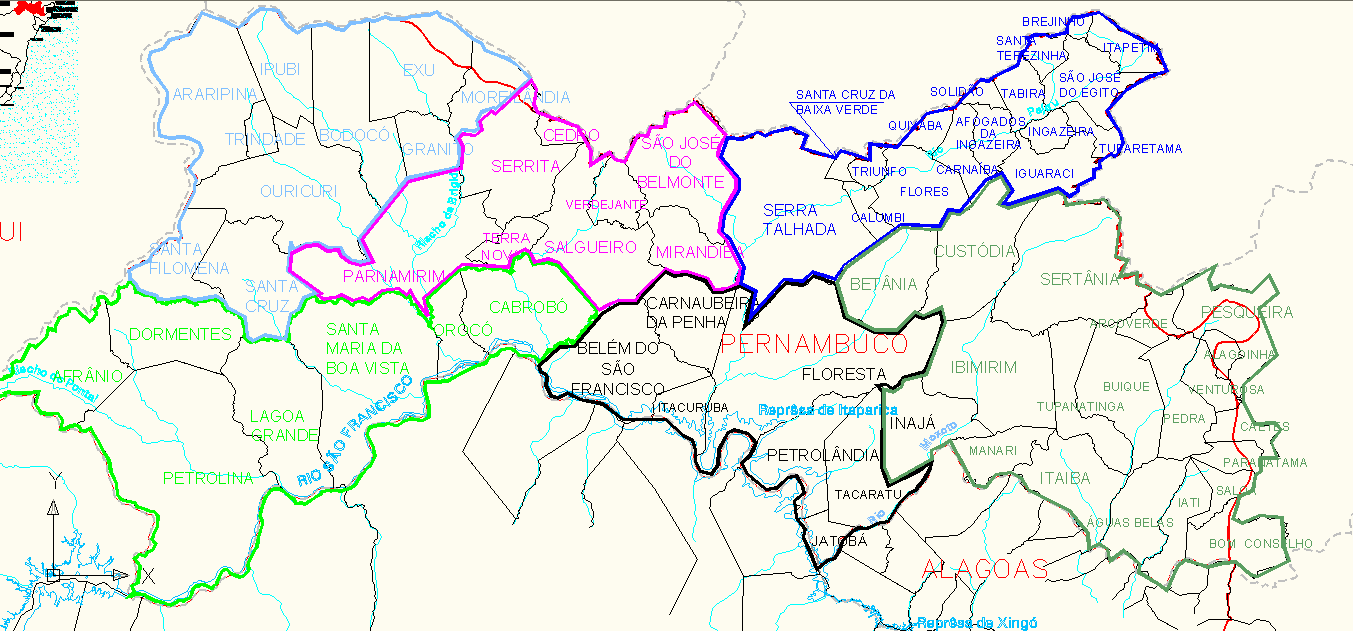
Entretanto, verifica-se que os esforços e investimentos realizados ainda não foram capazes de solucionar o problema; a população dessa região, ainda passa por terríveis dificuldades causadas pelas secas periódicas, que, sabe-se, continuarão a ocorrer.

Outro elemento que pode ser usado neste processo de minoração dos efeitos da estiagem é a construção de poços artesianos. Os custos para a construção de barragens rede de recalques e distribuição de água, por exemplo,  são significativos, necessitam de um razoável espaço de tempo para serem implantadas e, via de regra, provocam grande impacto ambiental. As obras de perfuração de poços têm custo extremamente baixo, sua implantação necessita de curto período de tempo, comparado às outras formas de captação de água. Além de provocarem pequenos impactos ao meio ambiente.

Segundo especialistas, o abastecimento de água realizado mediante a perfuração de poços é mais vantajoso que as das demais formas de abastecimento. Sendo extremamente recomendada para pequenos comunidades e vilarejos situados distantes da colha de rios permanentes.

* + 1. **As grandes vantagens do uso das águas subterrâneas são.**

1. Qualidade: a composição química dessas águas é o resultado da composição original da água que infiltra, com a evolução físico-química influenciada pelas rochas atravessadas e pelo tempo de permanência no aquífero. Por ocorrerem no subsolo, essas águas são naturalmente protegidas, mas não isentas, de poluição e de contaminação;
2. Quantidade: os volumes disponíveis como reservas podem ser muito grandes;
3. Usos: atendem a todos os padrões de usos para o abastecimento humano, serviços, indústria, agricultura e lazer;
4. Custos: permitem a implantação de um sistema gradual ou em módulos de aproveitamento, não têm custo de armazenamento primário e, na maioria dos casos, tratamento assim como não há necessidade de desapropriação de grandes áreas como ocorre com um reservatório de superfície.
5. Vida útil: um poço, por ser uma obra de engenharia, se construído segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), tem uma vida média de 20 anos;
6. Meio ambiente: os impactos ambientais negativos gerados pelo seu aproveitamento são de baixa magnitude.
7. **LOCALIZAÇÃO.**
   1. Os serviços objeto destes Termos de Referência serão executados em diversos **municípios do Estado de Pernambuco,** inseridos naárea de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, conforme Anexo a estes Termos de Referência.
      1. Na escolha das localidades a serem beneficiadas, foram levados em consideração, os seguintes fatores:
8. Condições técnicas de obtenção de água subterrânea, em rochas cristalinas;
9. Condições técnicas de obtenção de água subterrânea, em rochas sedimentar;
10. Área de servidão pública;
11. Maior concentração populacional a ser beneficiada.
    1. Todos os poços serão perfurados na zona rural dos municípios especificados, cujos acessos são feitos por meio de estradas vicinais municipais, não pavimentadas e por meio de estradas “carroçais” internas a cada localidade a ser beneficiada.
    2. As mobilizações aos municípios serão feitas por meio das rodovias pavimentadas (em boas condições de tráfego) sobre a administração Estadual e Federal.
    3. Todos os municípios contemplados com a perfuração/montagem e instalação de poços, objeto destes Termos de Referencia, estão situados no Estado de Pernambuco, dentro da área de abrangência da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.
    4. ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.



* 1. MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.
     1. A CODEVASF possui 7 (sete) Superintendências Regionais, a 3ª Superintendência Regional esta localizada na Avenida Presidente Dutra, nº 160, bairro Centro, no município de Petrolina, estado de Pernambuco.
     2. A área de atuação da 3ª SR é composta por 69 municípios do estado de Pernambuco, o que equivale a uma extensão territorial de 69.518,4 km², onde residem aproximadamente 1.640,604 habitantes.
     3. No Território compreendido pelos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, a Bacia do Rio São Francisco recebe contribuições oriundas das sub-bacias hidrográficas do Rio Pontal, do Rio Garças, do Rio Brígida, do Rio Terra Nova, do Rio Pajeú e do Rio Moxotó.



* 1. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS.
     1. Aos Concorrentes interessados em participar do processo licitatório destinado a contratar empresa do ramo da engenharia, com experiência comprovada na realização de serviços especializados de perfuração de poço tubular, poderão entrar em contato com a CODEVASF para obtenção de informações e outros documentos técnicos correlacionados, os quais se encontram disponíveis no acervo da 3ª SR da CODEVASF, em Petrolina-PE, para consulta pública.

1. **INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS.**
   1. A Concorrente deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias.
      1. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem uma qualidade igual ou superior à indicada nestes Termos de Referência.
   2. As Concorrentes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos de execução.
   3. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal, na interpretação destes Termos de Referencia, do Edital e seus anexos, serão dirimidas pela Secretaria de Licitações, Bloco II da CODEVASF – 3ª SR, localizado à Rua Presidente Dutra, 160 – Centro–Petrolina-PE, através do FAX 87 3866-7742, e-mail: [3sl@CODEVASF.gov.br](mailto:3sl@codevasf.gov.br) ouvida a 3ª GRD/UEP, respeitado o prazo disposto no Edital.
   4. Os pedidos de esclarecimentos como também apresentação de impugnação do Edital sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito até 08 (oito) dias úteis anteriores à data estabelecida para a abertura das propostas.
      1. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
   5. Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, por meio do sitio [www.CODEVASF.gov.br](http://www.codevasf.gov.br).
   6. A apresentação da proposta tornará evidente que a Licitante examinou minuciosamente toda a documentação destes Termos de Referência e seus anexos. Evidenciará, também, que a Licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados.
   7. Fica entendido que a Licitante tem pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os serviços e teve solucionadas todas as dúvidas, antes da data da apresentação das propostas.
2. **ESCOPO DOS SERVIÇOS.**
   1. Os serviços objeto destes Termos de Referencia referem-se à execução das obras e serviços necessários para perfuração **(LOTE I)** e montagem e instalação de poços tubulares **(LOTE II)**, em solo predominantemente cristalino e sedimentar em comunidades difusas situadas na Zona Rural de diversos municípios noestado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.
   2. Os poços perfurados, montados e instalados em área de solo predominantemente cristalino deverão ter profundidade estimada de 60m.
   3. Os poços perfurados, montados e instalados em área de solo predominantemente sedimentar deverão ter profundidade estimada de 180m.
   4. O desenvolvimento dos serviços previstos e necessários para perfuraçãoe instalação dos poços tubulares em rochas cristalinas e sedimentar esta descrito nas Especificações Técnicas anexo a estes Termos de Referencia.
   5. As atividades a serem realizadas resumem-se a:
3. Locação do poço;
4. Limpeza da área de instalação da perfuratriz;
5. Montagem e desmontagem da perfuratriz;
6. Perfuração de rocha sedimentar;
7. Perfuração de rocha cristalina;
8. Revestimento da parede do poço;
9. Cimentação anelar do poço;
10. Realização de limpeza do poço;
11. Realização de desenvolvimento e estimulação do aquífero;
12. Teste de vazão do poço;
13. Desinfecção do poço;
14. Construção de laje de proteção sanitária;
15. Realização de análise Físico-químico e Bacteriológico da água.
16. Fornecimento de outorga do poço;
17. Montagem de Rede elétrica;
18. Instalação de conjunto de bombeamento de água/ sistema de cata-vento;
19. Montagem de reservatório;
20. Urbanização;
21. Construção de cerca;
22. Construção de rede de interligação e distribuição;
23. Construção e instalação de bebedouro para animais.
    1. Os serviços deverão ser realizados com base nas deliberações contidas na Instrução Normativa Nº 1 – de 19 de janeiro de 2010, emitida pela SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, visando à adoção de soluções que proporcionem à economia da manutenção e operacionalização do sistema, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.
    2. Todos os serviços deverão ser realizados em consonância com os Projetos Executivos e com fundamento nas Normas e Recomendações estabelecidas pela **Associação Brasileira de Norma Técnicas (ABNT)**, nas Normas das concessionárias de serviços públicos locais, tais como: **COMPESA**, **CELPE**, entre outras, no **Código de Uso e Ocupação do Solo do Município**, no **Caderno de Encargos da CODEVASF, nas deliberações dos órgãos de controle ambiental do Estado e da União** e nas Especificações Técnicas Anexas ao Edital.
    3. **Nas Composições Unitárias dos serviços ofertados pela empresa Licitante deve estar incluso o custo do fator de empolamento previsto para o transporte de material, haja vista, o dimensionamento dos serviços de compactação, transporte e escavação serem determinados em decorrência da área geométrica resultante dos referidos serviços.**
    4. Em nenhum caso será aplicado ao volume medido, coeficientes a título de empolamento do material.
    5. A PROPONENTE deve considerar nos preços unitários propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.
    6. Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO, que se norteará pelos Termos de Referência, Especificações Técnicas, Normas da ABNT e o Manual de Especificações Técnicas padronizadas pela CODEVASF.
    7. A CODEVASF poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência.
       1. Tal suspenção não confere a CONTRATADA o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
    8. A CODEVASF se desobriga do fornecimento de água, energia elétrica ou quaisquer outros serviços necessários a perfuração e instalação dos poços e seus acessórios.
    9. **A descrição do detalhamento, os quantitativo e orçamento das obras e serviços, objeto destes Termos de Referência constam das Especificações Técnicas e das Planilhas Orçamentárias, as quais encontram anexadas ao presente instrumento e são partes integrantes destes Termos de Referência.**
24. **ESTIMATIVA DE CUSTOS.**
    1. O valor máximo global orçado pela CODEVASF para a realização das obras e serviços necessários para perfuração **(LOTE I)** e montagem e instalação **(LOTE II)** de poços tubulares, em solo predominantemente cristalino e sedimentar em comunidades difusas situadas na Zona Rural de diversos municípios noestado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, tomaram como referência a Tabela do SINAPI-PE de Março de 2013, conforme indicação a seguir:

* + 1. Perfuração de poços tubulares, em solo predominantemente cristalino (90 poços) e sedimentar (10 poços) em comunidades difusas situadas na Zona Rural de diversos municípios da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF **LOTE I: R$ 2.356.044,04 (dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil e quarenta e quatro reais e quatro centavos**), incluso BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, conforme especificado em planilhas orçamentárias anexas.
    2. Montagem e instalação de poços tubulares, em solo predominantemente cristalino (190 poços) e sedimentar (10 poços) em comunidades difusas situadas na Zona Rural de diversos municípios da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF **LOTE II: R$ 3.973.260,32 (três milhões novecentos e setenta e três mil duzentos e sessenta reais e trinta e dois centavos**), incluso BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, conforme especificado em planilhas orçamentárias anexas.

1. **FONTE DE RECURSOS.**
   1. As despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços objeto de licitação dos LOTES 01 e LOTE 02, sob a gestão da 3.ª Superintendência Regional, correrão à conta do Plano de Trabalho **18.544.2069.12QC.0001** – Implantação de Obras e Equipamentos Para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional.
2. **PRAZOS.**
   1. As obras e serviços necessários para perfuração **(LOTE I)** e montagem e instalação de poços tubulares **(LOTE II)**, em solo predominantemente cristalino e sedimentar em comunidades difusas situadas na Zona Rural de diversos municípios da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, objetos destes Termos de Referência serão executados num prazo descritos em dias, contados a partir da assinatura de Contrato por ambas as partes.
   2. As obras e serviços objetos do presente Termos de Referência deverão ser executados conforme prazo abaixo definido:

|  |  |
| --- | --- |
| **OBJETO** | **PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO (DIAS)** |
| LOTE 01 | 365 |
| LOTE 02 | 365 |

* 1. O prazo de vigência dos contratos é contado em dias, a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
  2. O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei, desde que, justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato (Art. 57, § 2º da Lei 8.666/93).

1. **PRAZO DE GARANTIA:**
   1. O Prazo de Garantia dos serviços prestados é o previsto na legislação vigente e definido no Código Civil Brasileiro.
   2. Todos os serviços licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º4.150 de 21.11.62), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
2. **FORMAS DE PAGAMENTO.**
   1. Os serviços objeto destes Termos de Referência serão pagos pelos preços unitários propostos pela Licitante;
   2. Nos preços unitários apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e dos serviços, e de acordo com as condições previstas nos Termos de Referência, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
   3. A CODEVASF **SOMENTE** pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executado, os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e atualização financeira.
   4. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, mediante entrega dos documentos de cobrança (nota Fiscal/Fatura/Relatórios);
   5. Não terá faturamento serviço que não se enquadre na FORMA DE PAGAMENTO estabelecida nestes Termos de Referência;
   6. **Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF serviços desnecessários a execução do objeto do contrato e os que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização**.
   7. **Os poços a serem perfurados/montados e instalados somente serão medidos quando em funcionamento e recebidos pela fiscalização.**
   8. As faturas deverão vir acompanhadas da documentação justifi­cativa relativa a cada serviço faturado, com os comprovantes técnicos que lhes deram origem (relação nominal do pessoal, total de horas normais e extras efetivamente trabalhadas, veículos utilizados pelas supervisões, folhas de medição etc.) e relatório de andamento mensal, conforme padrão da CODEVASF, ou referência à entrega anterior dos mesmos, devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF no local da obra e indicando a data da aprovação do evento, de acordo com o Programa de Trabalho;
   9. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, devendo estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão de forma imediata devolvidas à contratada para correções.
   10. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o nú­mero e a data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s) emitida(s) pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços;
   11. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data inicial do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 dias corridos para pagamento, conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto 1.054, de 07 de fevereiro de 1994;
   12. É de responsabilidade da Contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenados, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos no item anterior.
   13. As variações de complexidade de execução do serviço, que provocarem acréscimo, para mais ou para menos das previsões apresentadas pela Contratada na sua proposta em relação aos trabalhos de campo realmente executados, não poderão servir de pretexto de modificações dos preços unitários oferecidos.
   14. Os itens de Mobilização e Desmobilização serão pagos a critério da fiscalização, de modo inteiro ou fracionado, de acordo com o apresentado pela contratada no local dos trabalhos em relação a sua proposta e executados conforme as necessidades para a prestação dos serviços contratados e a autorização da fiscalização.
   15. Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a Contratada de apresentar a comprovação de recolhimento à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticado, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº. 8.212 de 24/07/91, alterado pela Lei 9.711 de 20.11.98.
   16. Quando se tratar da quitação do último pagamento a CODEVASF se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentado o GPS relativo ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção dos pagamentos.
   17. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais encargos resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da Contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.
   18. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas acima e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a Contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste item.
   19. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.
   20. Caso existam observações acerca dos relatórios e documentos a CODEVASF poderá reter a parcela referente à mesma, se a dúvida não for sanada pela CONTRATADA.
   21. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo de 30 (trinta) dias, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

**AM = P x I**, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

I = (1+im1/100)dx1/30 x (1+im2/100)dx2/30 x ... x (1+imn/100)dxn/30 - 1, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

* 1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
  2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso.
     + 1. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
  3. Nos cálculos deverão ser utilizados 5 (cinco) casas decimais.
  4. Será exigida da contratada no momento da entrega da medição, além das documentações anteriormente descritas, a apresentação de um relatório constando as seguintes informações e documentos:
     + 1. **Apresentar matrícula CEI da obra (Cadastro Especifico do INSS) conforme determinação do Ministério da Fazenda/Receita Federal;**
       2. **Registro fotográfico do Início e Término dos Serviços;**
       3. **Memória de cálculo com as quantidades de serviços realizados;**
       4. **Documentação de regularidade fiscal da empresa no período (art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93);**
       5. **Holerite dos funcionários envolvido na realização dos serviços;**
       6. **Diário de obras atualizado;**
       7. **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução (na primeira medição ou na eventualidade de mudança de responsável técnico);**
       8. **Coordenadas Geográficas de localização do local de perfuração do poço, em UTM;**
       9. **Termo de Servidão de Uso reconhecida em cartório (Modelo CODEVASF);**
       10. **Documento de identificação do proprietário possuidor da terra (RG e CPF do casal);**
       11. **Comprovante de posse da terra (ITR e/ou INCRA).**

1. **REAJUSTAMENTO.**
   1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

**R = V.[N1.(Ti – To)/To]**

Onde:

**R** - valor do reajustamento

**V** - valor a ser reajustado

**N1** - percentual de ponderação de serviços de Utilização de Materiais para perfuração de poço frente à totalidade dos serviços a executar.

**Ti** – Refere-se à coluna 30 da FGV – Materiais para perfuração, cód. AO160043, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

**To** – Refere-se à coluna 30 da FGV – Materiais para perfuração, cód. AO160043, correspondente a data de apresentação da proposta.

Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:



Sendo:

= Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

= Índice do mês de reajuste com a nova data base.

= Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

O valor considerado para execução do serviço, referente ao fator N1 é a seguir apresentado:

|  |  |
| --- | --- |
| Fator - Coluna | **FATOR: N1 - 30** |
| (%) | 100,0 |

* 1. Não serão considerados para reajuste de salários, eventuais dissídios fixados por Convenção Coletiva da Categoria.

1. **INSTALAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO.**
   1. Como as localidades destinadas a receberem o serviço objeto destes Termos de Referência estão distribuídas de forma dispersa, não haverá a necessidade de promover a instalação do canteiro de obras.
   2. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato (art. 68 da lei 8.666/93).
   3. À Contratada caberá cumprir todas as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e subcontratados trabalhem com Equipamentos de proteção Individual e Coletivo (EPI e EPC), para que não haja risco de paralisação das obras.
   4. É de inteira responsabilidade da contratada, o atendimento das exigências e normas da NR-18 e demais normas pertinentes, referente à Medicina e Segurança do Trabalho dos operários, quando da montagem, instalação e manutenção dos equipamentos usado no realização do objeto destes Termos de Referencias.
   5. A Licitante vencedora é responsável, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas referentes à água, energia elétrica, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados como consequência da permanência de sua equipe, durante a realização dos serviços contratados. Poderá ser exigida a apresentação e entrega a CODEVASF, para controle, das cópias dos comprovantes dos pagamentos.
   6. A empresa contratada deverá fornecer sem ônus para a CODEVASF, os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da CODEVASF.
   7. A Mobilização consiste no deslocamento dos equipamentos, materiais e pessoal, até as localidades onde efetivamente ocorrerão as prestações dos serviços;
   8. **A Empresa Contratada deverá tomar todas as medidas necessárias para a mobilização de pessoal, materiais e equipamentos, logo após a assinatura do contrato, de modo a poder dar início efetivo aos serviços no máximo em 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e concluí-los dentro do prazo de vigência contratual.**
   9. Os serviços referentes à mobilização e desmobilização, mas sem a eles se limitarem são: despesas relativas ao transporte de todo o equipamento a serem utilizados na execução da obra, até onde os serviços serão executados; despesas relativas à movimentação de todo o pessoal ligado a Contratada; despesas com alojamento e alimentação do pessoal ligado a Contratada; custos com deslocamento dos materiais que serão usados na realização do serviço, entre outros correlatos.
   10. Todos os serviços referentes à mobilização e desmobilização dos equipamentos, materiais e pessoal realizados no decorrer de toda a execução dos serviços estão inseridos no item mobilização e desmobilização.
   11. A Empresa Contratada após o término dos serviços fará uma limpeza geral, desmobilizando todo e qualquer equipamento e acampamento, retirando todo e qualquer entulho de obra, transporte de pessoal, enfim todos os serviços necessários à desmobilização.
   12. MEDIÇÃO E PAGAMENTO:
       1. As remunerações correspondentes à MOBILIZAÇÃO e à DESMOBILIZAÇÃO da CONTRATADA serão efetuadas na medida em que forem sendo realizados os deslocamentos de município. Os valores corresponderão aos valores descritos na planilha orçamentária.
       2. A última DESMOBILIZAÇÃO será medida quando da última fatura após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra.
2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.
   1. Poderão participar desta licitação empresas do ramo da engenharia que satisfaçam às condições destes Termos de Referência e sejam devidamente inscritas e habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para a realização de serviços de perfuração de poço tubulares similar ao objeto destes Termos de Referência.

* 1. **Será exigida das Licitantes a comprovação de possuir capital social mínimo no valor equivalente a 10% do orçamento básico da CODEVASF para execução dos serviços objeto de CADA LOTE que compõe estes Termos de Referência.**
     1. Este capital poderá ser inferior a 10% do valor orçado pela CODEVASF, desde que esteja limitado a 10% do valor da proposta de preço apresentada pela Licitante.
  2. Será permitida a subcontratação de serviços de analise, geologia, projeto e montagem elétrica, desde que atendido os limites legais e previamente aprovados pela CODEVASF (Art. 72 da Lei 8.666/93).
  3. **Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal da contratada (CODEVASF) com os subcontratados.**
  4. Devido as particularidades dos serviços relacionados a execução do objeto destes Termos de Referencia, não será admitida a participação de consórcio de empresas (Art. 33 da Lei 8.666/93).
  5. **As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, desde que se enquadrem na forma prescrita na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.**
  6. O edital e seus elementos constitutivos encontram-se disponíveis nos sites [www.CODEVASF.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Caso as Licitantes não consigam fazer o download pelos sites, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala 05 – Bloco II, na sede da 3ª Superintendência Regional, localizada no endereço informado no inicio do edital, telefone (87) 3866-7742, e poderão ser adquiridos mediante o recolhimento aos cofres da CODEVASF da importância de R$ 30,00 (trinta reais), no horário de 08h00min (oito) às 12h00min (doze) e de 13h30min (treze e trinta) às 17h00min (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira.
  7. As empresas que retirarem o Edital através da Internet dos sites citados deverão preencher a Guia de Retirada de Edital que se encontra na última página deste documento, remetendo-a através do fax: (87) 3866-7742 ou e-mail: 3sl@CODEVASF.gov.br, dados estes necessários para que possamos comunicar eventuais esclarecimentos às consultas formuladas sobre o Edital.
  8. **É recomendado que as Licitantes visitem os locais de realização dos empreendimentos.**
  9. Esta visita servirá para os Licitantes inteirar-se dos serviços a serem executados, dimensionar aspectos físicos e técnicos e avaliar os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes da sua execução.
  10. A Licitante deverá também procurar obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato que tem como base os presentes Termos de Referência.
      1. É de inteira responsabilidade da Licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
      2. A Declaração de visita ao local das obras e serviços será obrigatoriamente emitida pela **CONCORRENTE**, através dos seus prepostos, sendo condição indispensável para participação na licitação.
      3. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da Licitante.
  11. Caso julgue necessário, o concorrente poderá agendar sua visita mediante solicitação oficial à Unidade Regional de Estudos e Projetos (3ª GRD/UEP), na 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Rua Presidente Dutra, NO160, Centro, Petrolina – PE, Telefone (87) 3866 7710, Fax: (87) 3866 7761.
  12. Não será permitida a participação neste processo licitatório de empresas:

1. Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificadas na CODEVASF;
2. Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
3. Empresa suspensa de licitar ou contratar com a CODEVASF;
4. Empresa em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
5. Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.
   1. Cada Concorrente apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento legal que bem o identifique.
      1. Por documento hábil, entende-se:
6. Habilitação do representante mediante procuração para participar de licitação, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare expressamente, ter poderes para a devida outorga.
7. Caso seja titular da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.
   * 1. A não apresentação do documento de credenciamento não inabilita o Licitante, mas impedirá o representante de se manifestar, impugnar e responder pela mesma.
     2. O credenciado ou procurador não poderá representar mais de uma Licitante, ficando expresso e ajustado que a inobservância desta exigência implicará na desclassificação automática das respectivas propostas.
   1. A participação na licitação implica aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto nos subitens 14.1 a 14.14 destes Termos de Referência.
8. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.
   1. Serão aceitas propostas entregues pessoalmente ou encaminhadas por via postal, desde que sejam recebidas pela 3ª SL da CODEVASF no endereço indicado no preâmbulo do Edital Convocatório até o dia e hora estabelecidos para recebimento e abertura das propostas, não se admitindo sua apresentação via fax ou meio eletrônico.
   2. A Licitante que optar por entregar sua documentação e proposta diretamente na Sede da CODEVASF antes da data e horário estabelecidos para sua abertura poderá fazê-lo, desde que o faça diretamente na Secretaria de Licitações, localizada no endereço indicado no preâmbulo do Edital Convocatório, sob pena de ser considerada como não recebida.
      1. A documentação e as propostas entregues após o horário estabelecido no Edital Convocatório serão consideradas como não recebidas, sendo de inteira responsabilidade da Licitante a entrega tempestiva da “Documentação” e “Proposta Financeira” enviadas por via postal.
   3. As Licitantes deverão fazer entrega no dia, hora e local mencionados no Edital Convocatório 02 (dois) envelopes separados, fechados, lacrados, numerados e identificados, contendo, respectivamente, a **“Documentação” – Invólucro n.º 01 (um)**, e a **“Proposta Financeira” – Invólucro n.º 02 (dois)**.
   4. Os envelopes acima referenciados deverão estar rotulados externamente com os seguintes informes:
9. Razão Social da Empresa Licitante;
10. Endereço, Telefone, fax, e-mail, etc.;
11. O número do Edital;
12. Número do Lote;
13. Descrição sucinta do objeto da Licitação.
    * 1. **Os documentos serão apresentados na ordem indicada no presente Termos de Referencia, numerados sequencialmente e rubricados em todas as suas folhas pelo representante legal da Licitante ou seu procurador.**
      2. Os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria de Licitações, na Sede da CODEVASF, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.
      3. Em cada invólucro deverá ser apresentado um índice relacionado todos os documentos nele contidos.
      4. Todos os documentos elaborados pelas Licitantes (declarações, planilhas, etc.) deverão ser apresentados devidamente assinados pelo representante da Empresa que participar do processo;
      5. A comprovação de outorga de poderes para representação da Empresa de Engenharia referida nos subitens 14.14 e 14.14.1 destes Termos de Referencia se fará por meio de apresentação da cópia do ato de sua investidura.
      6. **As propostas deverão contemplar todos os serviços que compõem o objeto destes Termos de Referencias, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes deste instrumento, que será parte integrante do Edital que regerá o processo licitatório. Não serão aceitas propostas que não apresentarem cotações para todos os serviços solicitados. Caso em que as propostas serão desclassificadas**.
    1. DOCUMENTAÇÃO - INVOLUCRO Nº 01.
       1. Em invólucro fechado, que receberá a denominação de **“Invólucro n.º 1 (um)”**, será apresentada a “Documentação”, em 02 (duas) vias distintas de igual teor, em volumes separados, devidamente identificados, encadernados ou grampeados, devendo ser evidenciado na respectiva capa de cada volume as inscrições: "ORIGINAL" e "2ª VIA", e deverá conter os documentos abaixo relacionados.
       2. No volume descrito com “ORIGINAL” deverá constar todos os documentação no original ou em cópia autenticada, não sendo necessária a autenticação dos documentos contidos no volume “2ª via”.
       3. **Qualificação técnica.**
          1. Comprovar possuir, em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, 1 (um) Engenheiro Civil, devidamente registrado no CREA como profissional e integrante do corpo técnico da Licitante, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, com o seu respectivo CAT (Certificado de Acervo Técnico), por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.
       4. Entende-se como pertencente ao quadro permanente: empregado, sócio ou detentor de contrato de prestação de serviços;

* Quando se tratar de profissional contratado sob-regime de Prestação de Serviços, a comprovação se dará através de cópia autêntica do Contrato de Prestação de Serviços, regido pela Legislação Civil comum.
* A Licitante deverá comprovar através da juntada de cópias da "ficha ou livro de registro de empregado" registrados na DRT, ou através de cópia da carteira de trabalho ou do contrato social de que o detentor do acervo técnico de que trata a alínea "a" acima, pertence ao seu quadro de pessoal na condição de empregado, prestador de serviços ou de sócio e de que está indicado para coordenar os serviços objeto desta licitação.
* Quando se tratar de dirigente ou sócio da Licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada.
  + - 1. Atestado(s) de capacidade técnica **POR LOTE**, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem que a Licitante tenha executado serviços em obras de perfuração/montagem e instalação de poço em condições similares de porte e complexidade ao objeto destes Termos de referencia, considerando as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com os seguintes quantitativos mínimos:

1. **LOTE I:** Perfuração de poços tubulares em municípios da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

* **Perfuração de Poço tubular – 35 unidades;**

1. **LOTE II:** Instalação de poços tubulares em municípios da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

* **Instalação de Poço tubular - 70 unidades;**
  + - 1. Os quantitativos mínimos exigidos deverão constar de apenas 01 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de quantitativos para efeito de comprovação de qualificação técnica.
      2. **Será possível a comprovação de atestado para serviços distintos, mediante a apresentação de atestados diversos para itens diferentes. Por exemplo, um atestado comprovando a perfuração de poço tubular e outro comprovando a instalação de poço tubular**.
      3. Definem-se como obras similares: obras construtivamente afim às de perfuração de poço tubular em área de rocha sedimentar e perfuração de poço tubular em área de rocha cristalina.
      4. Definem-se como obras de porte e complexidade similar aquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas nas especificações técnicas, anexo destes Termos de Referências.
      5. No caso de duas ou mais Licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.
      6. **A Concorrente deverá apresentar declaração, informando que visitou os locais onde serão executados os serviços deste documento e que se inteirou das dificuldades e dos dados indispensáveis para a elaboração e apresentação da sua proposta.**
      7. A Licitante deverá apresentar uma declaração de que recebeu os documentos e conheceu todas as informações e condições do objeto da licitação, nos termos do art. 40, VI c/c art. 30, III, da Lei n° 8.666/93.
      8. **A Licitante deverá apresentar declaração, sobre pena de desclassificação, de que disporá no mínimo os grupos de equipamentos, conforme descrito para poço sedimentar – dois grupos por lote no subitem 3.3.2 e para poço cristalino – três grupos por lote no subitem 3.4.2 destas Especificações Técnicas.**
    1. **Habilitação Jurídica.**
       1. A comprovação da Habilitação Jurídica dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos**:**

* + - 1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
      2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
      3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
      4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
      5. Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do SICAF ou CRC que impeça a sua habilitação, prevista no § 2º do art. 32 da Lei n.º 8.666/93 e de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF, e de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
    1. **Regularidade Fiscal.**
       1. A comprovação da Regularidade Fiscal dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ;
2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual;
3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da lei, com validade em vigor;
4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social - (CND), com validade em vigor;
5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor;
6. Apresentação da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) conforme determina a Lei nº 12.440 de 24 de agosto de 2011.
   * + 1. A validade das certidões referidas nas alíneas "a" a "f" do subitem 15.5.5.1 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convenciona o prazo como sendo de **90 (noventa) dias,** a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da Licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.
       2. Caso a (s) certidão (ões) expedida (s) pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou seja, juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** da data de recebimento das propostas.
     1. **Qualificação Econômico-Financeira.**
        1. A qualificação econômico-financeira das Licitantes será confirmada por meio de consulta “on line” ao SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.
        2. Caso a Licitante não esteja cadastrada no SICAF, adotar-se-ão os mesmos critérios de análise econômico-financeira do SICAF, constantes dos subitens 7.1. e 7.2. da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010, descrito a seguir:

LG = ( Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo )

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = ( Ativo Total\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = (Ativo Circulante\_)

Passivo Circulante

Onde:

**LG – Liquidez Geral; desenho.**

**SG – Solvência Geral;**

**LC – Liquidez Corrente.**

* + - 1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 15.5.6.2 quando de suas habilitações deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, como exigência imprescindível para sua habilitação podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1, do artigo 56, do mesmo diploma legal, para fins de contratação.
  1. PROPOSTA FINANCEIRA - INVOLUCRO Nº 02.
     1. Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "Invólucro nº 2" (dois), será apresentada a "Proposta Financeira", em 2 (duas) vias, de igual teor, em volumes separados, devidamente identificados, encadernados ou grampeados, devendo ser evidenciado na respectiva capa de cada volume, as inscrições: "ORIGINAL", "2ª VIA".
     2. As “Propostas Financeiras” deverão estar datilografadas ou impressas por processo eletrônico, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões, numerados e rubricados em todas as suas folhas e assinada na última pelo responsável legal da Licitante ou procurador.
     3. **As Propostas Financeiras deverão conter os seguintes elementos:**
        1. Nome completo, número de telefone, fax e qualificação (estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do Dirigente da empresa ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da Licitante ser vencedora;

* + - 1. O valor global deverá ser evidenciado na 1ª folha da respectiva proposta e este **valor global bem como os valores unitários** **não poderão ser superior ao orçamento apresentado pela CODEVASF.**
      2. As parcelas correspondentes ao serviço de Mobilização e Desmobilização não pode ultrapassar o percentual máximo de 2,00% (dois por cento) do valor da proposta.
      3. A apresentação dos quadros exigidos no subitem 15.6.3.8 dos Termos de Referência devidamente preenchidos é obrigatória, sob pena de desclassificação da Licitante que deixar de apresentar estes quadros ou apresentá-los de maneira incompleta.
      4. O prazo de validade da proposta será de **60 (Sessenta) dias** contado a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período (Art.64 § 3 da Lei 8.666/93).
      5. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, leis sociais, seguros, mão-de-obra e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços.
         1. No caso de eventual omissão da Licitante em incluir os elementos acima descritos em seus custos. A apresentação da proposta pela Licitante, implica que tais itens considerar-se-ão como inclusos nos preços apresentados.
      6. Não poderão ser considerados no detalhamento das despesas fiscais, bem como na Planilha de Preços da Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União.
      7. A Proposta Financeira deverá ser elaborada e apresentada com o preenchimento do conjunto de Quadros, relacionado abaixo:

1. **Quadro PO-I**: Valor da Proposta Financeira;
2. **Quadro PO-VI**: Cronograma Físico;
3. **Quadro PO-VII**: Preço Unitário dos Serviços;
4. **Quadro PO-XIV**: Detalhamento dos Encargos Sociais;
5. **Quadro PO-XV**: Detalhamento do BDI um para serviço e outro para fornecimento de materiais e equipamentos;
6. **Quadro PO-XVI**: Cronograma Financeiro;
7. **Quadros DFL - I** e **DFL – II.**
   * + 1. **Justificativa da necessidade de aferir a disponibilidade financeira das Licitantes**
          1. A Disponibilidade Financeira Líquida – DFL mede o valor até o qual a empresa possui capacidade financeira para contratar e está amparada no art. 31- § 4º - da Lei 8.666/93, estabelece que “Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo Licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação”.

**O art. 37 – “***Inciso XXI – da Constituição Federal permite que se façam “exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, essa é a premissa que visa resguardar o poder público de empresas que não tenham condições de arcar com a execução do objeto da licitação****”*.**

* + - * 1. A verificação da disponibilidade financeira de uma empresa, conforme consta do art. 31 da Lei 8.666/93 têm por objetivo assegurar que o Licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.
        2. A Administração Pública só pode contratar com quem tenha qualificação para licitar, ou seja, o interessado que comprove sua regularidade jurídico-fiscal, deve demonstrar também possuir condições técnicas para executar o objeto da licitação e idoneidade financeira para assumir e cumprir os encargos e responsabilidades do contrato.
        3. Nas palavras do ilustre mestre Adilson Dallari “O exame do disposto no art.37, XXI, da CF, em sua parte final, referente a exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis á garantia do cumprimento das obrigações revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminamente, mas, sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe”.
        4. A CODEVASF tem realizado grande volume de licitações para execução de obras de saneamento, fazendo-se necessário, incluir nos editais critérios de avaliação da disponibilidade financeira das Licitantes, de forma que uma empresa poderá ser contratada em um ou mais contratos, desde que demonstrado possuir disponibilidade financeira para assumir mais de um contrato.
        5. Os critérios abaixo propostos para aferição da disponibilidade financeira da Licitante é o instrumento mais apropriado para apurar a capacidade da Licitante de enfrentar os custos iniciais do contrato administrativo e, mais que isso, de comprovar saúde financeira que denote capacidade para desempenhar as atividades do contrato até seu término e entrega do objeto licitado.
        6. A Licitante deverá comprovar a Disponibilidade Financeira Líquida (DFL), pois, está medirá o valor até o qual a Licitante possui capacidade de contratar e deverá ser igual ou superior ao orçamento oficial elaborado pela CODEVASF, para os serviços objeto deste Edital, em que estiver concorrendo, caso contrário a Licitante será inabilitada. A fórmula de cálculo é a seguinte:

# DFL = (n x CFA) – VA,

# 12

Onde:

DFL – disponibilidade financeira líquida;

n – prazo em meses estipulado para a execução dos serviços objeto deste Edital;

CFA – capacidade financeira anual;

VA – somatório dos valores residuais dos contratos ora a cargo da Licitante, calculado a partir dos saldos contratuais atualizados monetariamente para o mês da data base da proposta de preços, pelos índices setoriais de reajustamento, utilizando-se para I1 o índice do mês da data base da licitação e para I0 o índice correspondente ao mês da data da proposta de cada contrato. Os valores residuais serão apropriados “pro-rata” aos “n” meses de execução contratual nos casos em que os prazos residuais dos contratos em andamentos ultrapassarem o prazo de execução estipulado para os serviços em Licitação. Os dados contratuais relevantes serão obtidos do Quadro 01 - “Relação dos contratos da empresa em execução a iniciar”. A Licitante deverá demonstrar o detalhamento do cálculo do “VA”.

# 

* + - * 1. Contudo a Licitante deverá preencher e apresentar quadros: Quadro 01 – Relação dos contratos da empresa em execução e a iniciar; Quadro 02 – Demonstrativo da disponibilidade financeira líquida, ambos constantes no ANEXO III.
      1. As despesas diretas deverão contemplar os custos com salários, encargos sociais, custos de administração, remuneração do escritório, transportes, alimentação, moradia, diárias, viagens, despesas fiscais, comerciais, sociais, e trabalhistas, e outras relativas à prestação dos serviços, demonstrados obrigatoriamente.
      2. A apresentação dos quadros acima devidamente preenchidos é obrigatória ser apresentado **para cada um dos lotes que o Licitante vier a concorrer**, sob pena de desclassificação da Licitante que deixar de apresentar estes quadros ou apresentá-los de maneira incompleta.
      3. **As Propostas Financeiras serão devidamente avaliadas, conforme prescrições contidas nestes Termos de Referencia. Bem como, o julgamento das Propostas obedecerá aos critérios do tipo “Menor Preço”, Alínea I do § 1º do  Art. 45 da Lei 8.666/93. É vedada a apresentação de Propostas Financeiras com preços maiores aos estimados pela CODEVASF.**
      4. Havendo dúvidas sobre os preços unitários apresentados pela CODEVASF, estes só poderão ser apresentadas no período próprio de contestação do Edital da concorrência e anterior à apresentação das propostas.
      5. Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Preços da Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ – e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008.
      6. **Os índices apresentados na composição do BDI representam o máximo admitido pela CODEVASF.**
      7. As propostas financeiras das Licitantes classificadas tecnicamente por LOTE serão examinadas, para avaliar se as mesmas estão completas, se houve erro de cálculo, se o valor proposto não ultrapassa o valor orçado pela CODEVASF, se todos os documentos foram assinados e se todas as propostas estão de acordo com as exigências.
      8. **Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá e o preço total será corrigido; e houver discrepância entre o preço unitário e seus componentes por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso.**
    1. A Comissão Técnica de Julgamento julgará as Propostas Financeiras das Licitantes habilitadas e consideradas qualificadas tecnicamente, sendo desclassificada aquela que:

1. Propostas que não atendam às exigências do Edital.
2. Propostas com valores exorbitantes ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos que apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com o plano e a metodologia dos trabalhos apresentados na proposta técnica.
3. Apresentar na planilha, preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero; incompatíveis com os custos dos insumos e salários, acrescidos dos respectivos encargos, incoerentes com os de mercado ou coeficientes de produtividade incompatíveis com a execução do objeto da licitação a ser contratada, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, e para os quais ela renuncie expressamente na proposta a parcela ou totalidade da remuneração;
4. Apresentar preços ou quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste termo;
5. **Apresentar preços unitários superiores aos valores unitários orçados pela CODEVASF, ainda que o valor global da proposta seja inferior ao valor global orçado pela CODEVASF.**
6. **Apresentar quantitativo de material e serviço inferior ao previsto pela Administração**.
   * + 1. Também Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências destes Termos de Referência e as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, consoante o art. 40 – inciso X – c/c com o art. 48 - § 1º da Lei 8.666/93, para as licitações de obras do tipo “menor preço”:
       2. Serão consideradas desclassificadas as propostas que apresentar preços inexequíveis.

c1) Consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores;

1. Média Aritmética dos valores das propostas apresentada para cada LOTE, que seja superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CODEVASF para aquele LOTE, ou.
2. Valor orçado pela CODEVASF par o LOTE.
3. Dos Licitantes classificados na forma da alínea “c1” do subitem 14.15.1 acima, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor que a que se refere dos Incisos “I” e “II”, acima, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional dentre as modalidades previstas no § 1º, do Art. 56, da Lei 8.666/93, igual à diferença entre o valor resultante da alínea “c1” acima e o valor da correspondente proposta.
   * + 1. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a CODEVASF poderá fixar aos Licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas escoimadas das causas da desclassificação.
   1. CLASSIFICAÇÃO FINAL.
      1. **Será considerada vencedora do LOTE a Licitante habilitada que apresentar o menor preço global para o referido LOTE**, com base nos quantitativos apresentados em planilha e que em hipótese alguma podem ser modificados quando da apresentação da proposta; e que atenda a todas as exigências para a execução dos serviços objeto destes Termos de Referência.
      2. A divulgação do resultado final será afixada no quadro de avisos da CODEVASF e comunicado diretamente às Licitantes que participaram, por fax, disponibilizado nos sites da CODEVASF e COMPRASNET: [www.CODEVASF.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), onde poderão ser adquiridos ou retirados e publicado no Diário Oficial da União.
      3. Todas as propostas das Licitantes classificadas constituirão peças do processo de que trata este Temo de Referência.
      4. Não será levada em consideração a proposta que contiver rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, que comprometam a compreensão da mesma.
      5. As propostas que contiverem erros meramente aritméticos deverão ser corrigidas pela comissão, depois de diligenciada a Licitante, da seguinte forma:
4. Discrepância entre grafados em algarismo e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
5. Erros de multiplicação do preço pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
6. Erros de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma.
   * 1. Em caso de empate, será aplicado o critério de desempate por sorteio público ao qual serão convidadas todas as Licitantes empatadas.
   1. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**.**
      1. O prazo de validade das propostas será de **60 (Sessenta) dias** a partir da data de sua apresentação.
7. **REGIME DE CONTRATAÇÃO.**
   1. O regime de contratação a ser adotado nesse processo licitatório é de empreitada por preço unitário (Art. 10, inciso II, alínea b, da Lei 8.666/93).
8. **FISCALIZAÇÃO.**
   1. A fiscalização das obras/serviços será feita diretamente por uma equipe técnica que atuará sob a responsabilidade de um Coordenador formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº. 8.666/93, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
   2. Fica assegurado à CODEVASF e às empresas especializadas a mando da CODEVASF o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Contratada com livre acesso aos locais de trabalho para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos.
   3. **A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão**.
   4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento formal e por escrito do fato à chefia da 3ª GRD, responsável pela execução do contrato.
   5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual.
   6. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
   7. Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer ao setor responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.
   8. **A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.**
   9. A CODEVASF se reserva o direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada, que não mereça confiança, embarace a fiscalização ou se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o desempenho das tarefas que lhes forem atribuídas.
   10. Toda comunicação da CONTRATADA para a CODEVASF deverá ser por escrito, via Fiscalização.
   11. Cabe ao Fiscal do CONTRATO a constatação de falhas, omissões ou negligência da CONTRATADA, na execução dos serviços e fornecimentos. Isso vindo a ocorrer será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA reparar os prejuízos, diretos e indiretos, ocasionados às estruturas da obra ou a terceiros.
   12. **Caberá à empresa contratada manter ATUALIZADO na obra um diário de obra, no qual serão documentados todos os fatos relevantes da obra, assim como as determinações da fiscalização.**
   13. A Contratada **de cada um dos LOTES** deverá disponibilizada a equipe da Fiscalização da CODEVASF, com vistas ao atendimento das necessidades da obra, (01) uma câmara fotográfica digital com cartão de no mínimo 2 GB e bateria recarregável e (01) um aparelho de GPS, os quais serão utilizados no registro do serviço objetos destes Termos de Referência, e devolvidos a Contratada no final do contrato.
   14. A Licitante vencedora de cada um dos **LOTES**, no intuito de facilitar o trabalho de fiscalização dos serviços, fornecerá à fiscalização um Veículo tipo caminhonete, com tração 4x4, quatro portas, ar-condicionado, seguros, taxas de licenciamento, revisão periódica, manutenção, combustível e pneus.
       * 1. O veiculo deverá encontra-se em perfeita condições de trafegar até ao local dos serviços, não podendo ter mais de 2 (dois) anos de fabricação.
         2. O veiculo de fiscalização será imediatamente devolvido a Contratada, quando do termino do serviço contratado.
   15. LIVRO DE OCORRÊNCIAS.
       1. Será aberta pela Fiscalização a partir do início dos trabalhos de campo e mantido **ATUALIZADO** pela Contratada no escritório de campo, um livro sob a denominação de Diário de Ocorrências (Diário de Obras).
       2. O Diário de Ocorrências utilizado será o de padrão da CODEVASF.
       3. Nesse diário, as folhas serão devidamente numeradas e rubricadas pelos representantes da Contratada e da Fiscalização.
       4. Serão registradas nessas folhas as instruções e solicitações dadas pela Fiscalização à contratada e todas as reivindicações dessa última.
9. **RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS.**
   1. O recebimento dos serviços, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos Artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
   2. Após o término dos serviços, a Contratada requererá o recebimento á CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo e 15 (quinze) dias da data da solicitação (Art. 73, inciso I, alínea a).
   3. A fiscalização terá até 90 (noventa) dias para realizar a vistoria e estando os serviços de acordo com as especificações, efetivamente não tendo nenhuma observação a fazer, será lavrado o Termo de Encerramento Físico do Contrato, com a liberação da caução.
   4. Na hipótese de correções, a contratada terá um prazo de 60 (Sessenta) dias para regularização das mesmas. Só após a realização destas correções, e estando a Fiscalização de acordo, será lavrado o TEF - Termo de Encerramento Físico do Contrato, que permitirá a liberação da caução contratual, sendo que este deverá ser assinado por representantes da CODEVASF, juntamente com representante autorizado pela contratada.
   5. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após emissão do TEF - Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
   6. O Termo de Encerramento Físico do contrato está condicionado a emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre todos os serviços executados.
10. **MULTAS.**
    1. Em caso de inadimplemento, por parte da Licitante vencedora do LOTE de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas, ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de penalidades de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global do objeto do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório (Art. 86 +1º da Lei 8.666/93).
       1. Nos casos de inexecução parcial da obra ou serviço ou atraso na execução dos mesmos, será aplicada a multa de 2% (dois por centos) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
       2. O atraso, na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico-financeiro constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme subitem 19.1 deste Termo de Referencia.
    2. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, consoante o art. 86, § 2º da Lei de Licitações.
11. A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da convocação.
12. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Serviço de Finanças da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF o valor total da multa no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da convocação.
    1. A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da notificação da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e o técnico responsável pelo acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica que procederá ao seu exame.
       1. Após o procedimento estabelecido no subitem anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva da 3ª Superintendência Regional, que poderá relevar ou não a multa.
    2. Em caso de revogação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo, a relevação, em novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
    3. Caso o Comitê de Gestão Executiva da 3ª Superintendência Regional mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.
13. **PLACA DE IDENTIFICAÇÃO.** 
    1. A Contratada se obriga a fornecer, implantar e manter placas de identificação da obra, conforme quantitativos da planilha orçamentária, no padrão definido pela CODEVASF, elaborada conforme especificação constante do Manual para elaboração de Placas de Obra do Ministério da Integração Nacional, em local a ser definido pela Fiscalização da CODEVASF.
    2. O contratado deverá manter um Preposto, aceito pela **CODEVASF**, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato (art. 68 da Lei 8.666/93).
    3. **A contratada se obriga a fornecer, sem anos para a CODEVASF, e afixar no junto a Placa de Identificação da Obra, 1 (uma) placa de identificação do responsável Técnico pelo Serviço, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), Responsável Técnico pela obra com a respectiva ART, nº do Contrato e contratante (CODEVASF.**
14. **GARANTIAS E CAUÇÃO.**
    1. A assinatura do Contrato por parte da CODEVASF ficará condicionada ao recolhimento da caução, em qualquer das modalidades descritas no Art. 56 §1º Incisos I e § 2º da Lei 8.666/93, que não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme determina o Art. 56 §2º da Lei nº 8.666/93.
    2. Caso venha a ser firmado aditivo de valor ao contrato, a Contratada compromete-se em complementar a caução para o novo valor do contrato.
    3. A garantia será liberada após a emissão do Termo de Encerramento Físico. Portanto a caução, mesmo se em Carta- Fiança ou similar, não poderá ser com prazo determinado, ou seja: o prazo final para liberação da caução será dado pela emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato. As garantias técnicas dos serviços estão asseguradas pelo Código Civil Brasileiro.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**
   1. O transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços será de inteira responsabilidade da Contratada.
   2. A Contratada deverá utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
   3. Será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local quando da execução dos serviços.
   4. Serão de responsabilidade da Contratada a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços.
   5. **A Contratada deverá colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias, para possibilitar a perfeita execução dos serviços no prazo contratual**.
   6. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada.
2. **CONDIÇÕES GERAIS**
   1. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.
   2. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
   3. A CODEVASF poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
   4. Fica garantido à CODEVASF, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
   5. O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da CODEVASF, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.
   6. Conforme previsto no Art. 71 da lei 8.666/93, a Licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do Estado onde o serviço está sendo executado. A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, será de responsabilidade do Contratante.
   7. Estes Termos de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Licitante vencedora, independente de transições.
   8. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à 3ª Gerência Regional de Infraestrutura - 3ª GRD da CODEVASF. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.
   9. A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.
   10. Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO, que se norteará pelos Termos de Referência, Especificações Técnicas, Cadernos de Encargos da CODEVASF e NBR em vigor.
   11. A CODEVASF poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A CONTRATADA não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
   12. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante, conforme previsto no Art. 69 da Lei 8.666/93.
   13. Responsabiliza-se a Licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar a CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no Art. 70 da Lei 8.666/93.
   14. A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CODEVASF.
   15. **A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.**
   16. A CODEVASF não fornecerá água, energia elétrica e telefone para realização das obras e serviços do objeto destes Termos de Referencia. Tais insumos deverão fazer parte dos custos unitários apresentados pela Licitante.
   17. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.
   18. A contratada responsabilizará pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U de 13 de fevereiro de 1998.
   19. **A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido em lei, conservando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto na Art. 125, §5º, Inciso I da lei 12.465/2011.**
   20. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada os custos resultantes da eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva destes pela comissão de recebimento da obra.
   21. Será de inteira responsabilidade da Contratada o pagamento, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, decorrentes de serviços subcontratados pela Contratada.

1. **DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS.**

* Especificações Técnicas;
* Quadros complementares (PO-I; PO-VI; PO-VII; PO-XIV; PO-XV e POXVI);
* Planilhas orçamentárias;
* Croqui de uma instalação tipo (Poço/ Bebedouro)
* Localidades dos serviços
* Modelo de Termo de Servidão Pública
* Instrução Normativa Nº 1 – de 19 de janeiro de 2010, emitida pela SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
* Quadros DFL I e DFL II

Petrolina, 10 de julho de 2013.